

diálogos



no espaço democrático

RETRATO *(pouco positivo)* **das** **ESTATAIS** **BRASILEIRAS**



Conversa com

MÁRCIO HOLLAND

Economista, professor da FGV e
coordenador do Observatório das Estatais



diálogos no espaço democrático são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

PRIVATIZAÇÃO DEVE SER ASSUNTO TÉCNICO, NÃO IDEOLÓGICO

O debate sobre as privatizações, no Brasil, precisa deixar o campo ideológico e passar para o técnico. “A privatização de estatais não é remédio para todos os males, como podem fazer crer os liberais, e nem um pecado, como fazem acreditar os intervencionistas”, afirma o economista **Márcio Holland**, doutor em Economia pela Unicamp, professor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2011-2014). Para ele, não há justificativa para manter empresas públicas deficitárias e que atuam em mercados já bem atendidos pela iniciativa privada.

No programa “Diálogos no Espaço Democrático”, produzido em abril de 2021 pela fundação do PSD e disponível em seu canal de Youtube (<https://youtu.be/PEQPjSOH80w>), Holland disse que o *Observatório de Estatais* - centro de pesquisa independente, apartidário e multidisciplinar que ele coordena na FGV - contabiliza que o País tem mais de 440 empresas públicas em seus três níveis de governo. “O Brasil tem cinco vezes mais estatais que a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); temos tantas estatais ou mais que uma ex-economia socialista”, diz.

Holland conversou sobre o tema com o coordenador de Relações Institucionais do Espaço Democrático, **Vilmar Rocha**, o ex-ministro e ex-presidente da CESP, **Andrea Matarazzo**, os cientistas políticos **Rubens Figueiredo** e **Rogério Schmitt**, o economista **Luiz Alberto Machado** e o jornalista **Sérgio Rondino**, que é âncora do programa.

Esta é a íntegra do diálogo. Boa leitura.



Sérgio Rondino - Um retrato das nossas empresas estatais é o tema deste programa “Diálogos no Espaço Democrático” de hoje. O Espaço Democrático é a fundação para estudos e formação política do PSD, o Partido Social Democrático. Para tratar desse tema temos hoje muita satisfação de receber o professor Márcio Holland. Ele é doutor em economia pela Unicamp, professor da Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas. Também coordena o Observatório das Estatais e um curso para alta gestão e governança corporativa para administradores e conselheiros de empresas estatais. Professor Márcio Holland foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, membro do conselho de administração do BNDES e da Brasil-prev. Ele é autor dos livros *Taxa de câmbio no Brasil* e *A Economia do ajuste fiscal*. Tem doutorado e pós-doutorado em economia pela Universidade da Califórnia. Professor Márcio Holland, muito obrigado pela sua participação.

Márcio Holland - Muito obrigado, o prazer é todo meu.

Sérgio Rondino - No programa de hoje nós teremos a participação do cientista político Rubens Figueiredo, de Vilmar Rocha, professor da Universidade Federal de Goiás e ex-deputado federal, do economista Luiz Alberto Machado, do industrial Andrea Matarazzo, que é gestor público, ex-ministro do governo FHC e responsável pela privatização da CESP, em São Paulo, e também do cientista político Rogério Schmitt.

Professor, o Brasil é considerado um país de tradição estatizante. É inegável, claro, que as estatais tiveram um papel importante no processo de industrialização do Brasil. Mas elas ainda são necessárias hoje?

Márcio Holland - Excelente pergunta. Quando olhamos um pouco a história da economia brasileira do século passado, observamos que houve um processo de desenvolvimento econômico associado à industrialização. O Brasil saía de uma posição primária exportadora para uma economia industrial, que culminou mais ou menos entre o plano de metas, no período Juscelino Kubitschek, até o início



VOU DAR UM EXEMPLO CLÁSSICO, QUE É O BASA, BANCO DO ESTADO DO AMAZONAS, QUE FOI CONSTITUÍDO EM PLENO CICLO DA BORRACHA, POR CONTA DO DESENVOLVIMENTO DA BORRACHA NA REGIÃO NORTE. CESSOU-SE O CICLO DA BORRACHA E O BASA CONTINUA, AGORA FAZENDO EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS A TAXAS DE JUROS SUBSIDIADAS PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL. FOI ACHANDO OUTRAS FUNÇÕES.



dos anos 1970, com o segundo PND (*Plano Nacional de Desenvolvimento*). E por todo esse período de tempo o Estado foi extremamente presente. Até diria que o Brasil é uma espécie de capitalismo estatal. Todo esse movimento de industrialização, de desenvolvimento econômico, de urbanização, de montagem de um parque industrial moderno, diversificado, por todo o território nacional, teve sempre do lado a presença do Estado, de várias formas.

E as empresas estatais eram uma das formas que o Estado encontrava para atuar e estimular o setor privado a atuar no Brasil. Pode-se dizer até que elas cumpriram seu papel. O grande problema é quando a gente olha a partir dos anos 1980 para cá e observa a chamada função social de uma empresa estatal. Para que serve a estatal a partir do artigo 173 da Constituição Federal? É atender ao interesse coletivo, a uma função social de interesse coletivo, o imperativo de segurança nacional.

E aí, quando a gente faz uma varredura, Sérgio, pelas empresas estatais brasileiras, observamos que a grande maioria delas não está mais alinhada a esse artigo da Constituição de 1988. Elas não cumprem mais esse interesse político. O que vem acontecendo é que muitas empresas estatais foram constituídas para cumprir uma função, para um período. Essa função passou e elas continuam. Vou dar um exemplo clássico, que é o BASA, Banco do Estado do Amazonas, que foi constituído em pleno ciclo da borracha, por conta do desenvolvimento da borracha na região Norte. Cessou-se o ciclo da borracha e o BASA continua, agora fazendo empréstimos consignados a taxas de juros subsidiadas para desenvolvimento local. Foi achando outras funções.

Ou então, situações que eu diria que até causam mais discussão nacional pelo tamanho, pelo porte, que é o Banco do Brasil. O BB hoje tem uma atuação eminentemente privada, exceto pelo crédito rural - tema que eu posso elaborar mais. E por conta do crédito rural, por conta de um pequeno aparte, a gente justifica uma empresa que é um banco de

grande porte, fazendo diversas operações – e, eu diria, a grande maioria das operações bancárias financeiras que os bancos privados já fazem. Portanto, não vejo sentido um banco público para fazer operações que um banco privado faz.

Assim como eu poderia citar o caso de empresas de transporte metroviário, como a CBTU (*Companhia Brasileira de Trens Urbanos*) e a Transurb, que já não têm, há muitos anos, senão décadas, recursos para fazer investimentos em trens, na infraestrutura logística, nas soluções de mobilidade. E estão ali como empresa estatal porque parece, para muitos, que é legal ter uma empresa estatal de mobilidade urbana, mesmo que seja precária, sem capacidade de fazer investimentos, sem oferecer serviços de qualidade.

Traduzindo, o Brasil não precisa da quantidade de estatais que tem hoje. Quando se olha as estatísticas da OCDE (*Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico*), o Brasil tem pelo menos cinco vezes mais estatais que a média de países da OCDE. Para dizer a verdade, o Brasil tem tantas empresas estatais – ou mais – que ex-economias socialistas. Portanto, não vejo sentido, não se justifica nem pelo artigo constitucional, nem pelo que fazem hoje, a existência de tantas empresas estatais no Brasil.

Sérgio Rondino - Rubens Figueiredo, a primeira pergunta é sua.



Rubens Figueiredo

- Professor Márcio, recentemente o Ministério da Economia publicou um levantamento sobre 46 empresas estatais e os benefícios e salários que elas oferecem

aos seus empregados. Eu não sei o que foi pior: ler esse relatório ou verificar a falta de repercussão que ele teve. Algumas estatais têm salário médio de mais de 20 mil reais. Tem empresa que oferece 4, 5, 6 dias para o funcionário faltar caso faleça um sobrinho. Quer dizer, no Brasil de hoje, com tanta dificuldade na pandemia, com essa desigualdade de renda, isso é um verdadeiro acinte para a sociedade. Por que esse estudo não teve repercussão?

Márcio Holland - Realmente, Rubens, é algo muito interessante. Quando você olha a linha dos resultados da companhia, vê um histórico de déficits – e são empresas dependentes do Tesouro. Eu acho que, numa linguagem direta com a população, é muito simples. Você, contribuinte, paga impostos quando compra arroz, feijão, quando faz uma viagem com a família, paga o plano de saúde, a escola, a mensalidade para o seu filho. A Receita Federal recolhe esses impostos, o Tesouro pega esse dinheiro e cobre o rombo dessas 40 e poucas empresas dependentes do Tesouro. Porque a grande maioria delas tem em seu histórico resultado negativo, alguns bem elevados. Algumas até melhoraram, se observar a evolução do tempo. Nos últimos dois anos ficou levemente positivo, mas o histórico, se você somar os valores, é de um negativo muito alto. Portanto, essa é a mensagem: nós temos empresa estatal dependente do Tesouro, que quer dizer dependente de recursos dos contribuintes.

Aí vem a pergunta dois: o que elas estão fazendo? Para quê elas existem? Por que existem essas empresas estatais? Isso é muito mal discutido no Brasil. O grande problema, Rubens, é que quando discutimos empresas estatais no Brasil, infelizmente a discussão vai para o campo ideológico, não técnico. E o campo ideológico é o do liberal x não liberal. Quem quer vender de graça empresas estatais, a preços de banana, e quem precisa da empresa estatal porque o Estado brasileiro falha, é ineficiente,



é incompetente em prover recursos, precisa de uma empresa estatal para isso. Então, fica essa discussão liberais X intervencionistas, sem observar que mais de 40 empresas estatais são dependentes do Tesouro, têm resultados financeiros muito ruins, não têm capacidade de investimento mesmo quando o resultado é positivo e ao mesmo tempo têm esses salários bem acima da média dos salários do próprio servidor público em geral, e dos salários do setor privado, sem dúvida alguma.

Infelizmente o assunto é muito pouco discutido no Brasil. Eu coordeno o Observatório de Empresas Estatais e quando montamos esse projeto, o primeiro objetivo foi o de contar quantas estatais o Brasil tinha, porque nem isso a gente sabia - não havia estatística de quantas estatais nós tínhamos ou temos

no Brasil hoje. A Sest (*Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais*) estava fazendo um bom trabalho de levantamento, organização dos indicadores e dados, um trabalho muito recente. A gente foi somando as empresas estatais dos Estados e dos municípios. Quando bateu em 440, paramos de contar. O Brasil tem mais de 440 empresas estatais distribuídas por todo o território nacional, fazendo de tudo o que você pode imaginar, inclusive aquilo que o setor privado já faz muito bem. Então, é uma discussão que tem que ser feita claramente com a sociedade: para quê e por quê tantas empresas estatais? E, segundo, quando elas geram déficit, vocês pagam a conta com mais impostos.

Sérgio Rondino - Professor Vilmar Rocha.



Vilmar Rocha - Professor Holland, eu vou fugir um pouquinho do manual. Existe uma discussão mundial para saber qual será o novo mundo que surgirá no pós-pandemia. Nas relações do trabalho, nas relações de consumo, a vida de uma maneira geral. Mas uma coisa parece que a pandemia mostrou: é que ainda precisa de governos. Ainda precisa do Estado. No mundo todo, só o Estado poderia enfrentar a pandemia, como está enfrentando. Esse é o papel do Estado. Então, essa é uma discussão que teremos que ter, mais Estado, menos Estado, Estado necessário, em quais setores, etc. Eu queria fazer uma pergunta provocativa: se você hoje tivesse a caneta e o papel na mão e te pedissem - “professor Holland, você tem o direito de criar uma nova empresa estatal” -, qual empresa você criaria, em qual setor você poderia cogitar criar uma empresa estatal?

Márcio Holland - Vilmar, infelizmente eu vou te frustrar. Não conseguiria criar nenhuma empresa estatal no Brasil e vou te explicar por quê. Nós, economistas, partimos do seguinte ponto de referência: existe um problema para a sociedade, existe uma pandemia, existe a necessidade de fazer pesquisa e desenvolvimento, inovações em temas ligados à saúde, novas vacinas, novos vírus e variantes de vírus - o mundo pandêmico tende a ser mais re-

corrente do que a gente imagina. Então, precisamos fazer muita pesquisa sobre isso. Se você criar uma estatal de pesquisa sobre isso, está criando uma estrutura estatal que pode ser tão engessada que não vai dar conta de resolver problemas que são típicos da pesquisa e desenvolvimento, que exige criatividade, flexibilidade em geral. E a empresa estatal, para o mal ou para o bem, não tem essa flexibilidade. O mundo pós-pandemia, ao contrário, é um mundo mais flexível, é um mundo que vai requerer muito mais agilidade que uma empresa estatal pode oferecer. Segundo, se há uma falha qualquer, se a gente não está conseguindo fazer pesquisa e desenvolvimento em saúde no Brasil - nós não sabemos fazer P&D&I, pesquisa, desenvolvimento e inovação em nenhum setor da atividade econômica. Exceto os nossos casos de sucesso, a Embrapa, com o agronegócio, a Embraer e a Petrobras, com prospecção de petróleo em águas profundas.

Vilmar Rocha - E agora um pouquinho na área espacial?

Márcio Holland - E tem alguma coisinha aqui e acolá, mas não é típico das empresas estatais brasileiras serem inovadoras. Então, isso não é característica do Brasil, infelizmente. Como é que resolvemos? Criando uma estatal para cobrir o problema do setor privado, que não consegue? Ou dando incentivo fiscal, ou mudando o marco regulatório, mudando as regras do jogo? Nosso grande problema é que as regras do jogo do nosso capitalismo são regras do jogo velhas, são feitas para aquele capitalismo industrial, que nós constituímos em parque industrial dos anos 1930, 1940, 1950. Desde os anos 1980 o Brasil está passando por uma tremenda crise de produtividade e nós não mudamos as regras do jogo do capitalismo brasileiro. Ele continua exatamente o mesmo Estado, do mesmo jeito, com o mesmo DNA daquele Estado que industrializou o Brasil.



QUEM É A FAVOR DE PRIVATIZAÇÃO
NÃO É NECESSARIAMENTE CONTRA O
ESTADO. CUIDADO PARA ESSE DISCURSO
NÃO CAIR NO NÍVEL DO DISCURSO
IDEOLÓGICO QUE A GENTE ACABOU DE
FALAR. NÃO QUER DIZER QUE VOCÊ É
CONTRA O ESTADO, É O CONTRÁRIO.
NÓS VAMOS PRECISAR E SEMPRE
PRECISAREMOS DO ESTADO COMO
REGULADOR, COMO ORGANIZADOR DAS
REGRAS DO JOGO EM GERAL.



Então, vamos tomar muito cuidado com isso. A gente tem que mexer na estrutura do Estado no sentido de reformar o Estado brasileiro, as regras do jogo do investimento, as regras do jogo da inovação, das patentes, das propriedades intelectuais... Tem muita coisa para fazer para o Brasil ficar mais solto, mais leve.

Detalhe importante para te passar, Vilmar, que eu gostaria de defender para não defender mais uma estatal: quem é a favor de privatização não é necessariamente contra o Estado. Cuidado para esse discurso não cair no nível do discurso ideológico que a gente acabou de falar. Não quer dizer que você é contra o Estado, é o contrário. Nós vamos precisar e sempre precisaremos do Estado como regulador, como organizador das regras do jogo em geral. O Estado é extremamente importante na formação do ensino básico no Brasil, na formação de profissionais talentosos em várias áreas, através de universidades públicas, sem dúvida nenhuma. O Estado é importante em várias áreas da saúde. O próprio sistema SUS mostra isso. Mas vamos ter que discutir outro assunto, os gastos brasileiros, porque não se faz isso sem mexer nos gastos públicos brasileiros. Portanto, eu te decepção porque eu não tenho capacidade criativa para mais uma estatal no Brasil.

Sérgio Rondino - Professor, a pergunta agora é do ex-ministro Andrea Matarazzo.



Andrea Matarazzo

- Márcio, no Brasil a questão de privatizações é um negócio do qual tanto se fala desde o governo Fernando Henrique, quando foram privatizadas 40 empresas, 50 empresas, algo assim... mas



ninguém faz. O que dificulta tanto o processo de privatização no Brasil? E por que o Congresso, principalmente, resiste tanto em fazer o processo de privatização?

Márcio Holland - Eu agradeço, Andrea, pela pergunta. De fato, nós temos um problema no Brasil: toda vez o assunto privatização é colocado na mesa de duas formas. Ao longo da história, inclusi-

ve durante os anos de eleições presidenciais, isso aconteceu no Brasil. Foi colocado até como “aquele candidato é a favor da privatização”, como se fosse um grande defeito do candidato. E aquilo é jogado de forma populista, ou joga, de forma populista, o eleitorado contra o candidato.

Ou então, quando assume um, digamos, governo de viés mais liberal, ele trata a privatização como se fosse a grande solução de todos os males do Brasil.

Vamos privatizar todas as empresas estatais, vamos obter 800 bilhões a 1 trilhão de reais, vamos acabar com a dívida pública. Não é exatamente nem uma coisa, nem outra, este é o grande problema. A primeira questão importante, Andrea, é: precisamos tirar o debate de privatização da sala da ideologia. É um assunto técnico, importante, fundamental para o País, e temos que mudar o discurso para quando um político populista jogar o assunto, não ter vez.

Por exemplo: quando fazemos um levantamento das estatais brasileiras, o que a gente observa? Muita ingerência política e indicações político-partidárias. Os conselhos de administração, conselhos fiscais em geral, na verdade funcionam com distribuição de cargos de confiança dos governos. Quaisquer que sejam os governos, vamos deixar claro. Segundo ponto: tem muito abuso do poder do controlador. O que é isso? Pelo fato de a União, ou mesmo o Estado, o ente subnacional, ser controlador daquela empresa, em geral o Poder Executivo arbitra muito sobre aquela empresa. Define a política de investimentos, de preços, indicações políticas de presidente, de diretores, vice-diretores, superintendentes... Essas indicações não são por mérito, por qualidade técnica. E, na maioria das vezes, são indicações que vêm e vão embora. Indicam um candidato, alguém filiado a um partido, aí esse candidato filiado ao partido assume outro cargo, indica outro. Então, não há gestão e nem governança corporativa de qualidade nessas empresas. Infelizmente.

A população precisa entender que as empresas estatais estão a serviço muito mais dos políticos do que da sociedade. Esse é que é o problema que tem que ser colocado. Quando alguém defende uma empresa estatal, está defendendo muito mais a repartição de cargos políticos de seu interesse do que a sociedade. Está defendendo muito mais um abuso do poder do controlador, de ir lá fazer ingerência nas empresas estatais, do que prestar bons serviços à população.

Eu vou fazer uma provocação. Alguém vai dizer “puxa, mas o Banco do Brasil é fundamental por causa do crédito rural”. Bom, então vamos resolver o problema do crédito rural, e não o Banco do Brasil. A Caixa Econômica Federal é fundamental porque tem o crédito imobiliário. Se for assim, todas as empresas estatais terão justificativas e vamos poder criar várias estatais todos os dias, e não iremos resolver o problema da oferta de serviços de qualidade no Brasil. Este é o grande problema. Não iremos resolver.

Portanto, Andrea, acho que o grande problema que a gente tem é que leva o debate da privatização para o campo ideológico e às vezes quem defende a privatização faz isso de forma tão, eu diria, agressiva, que joga contra a própria agenda.

Sérgio Rondino - Professor, a próxima pergunta é do economista Luiz Alberto Machado.



Luiz Alberto Machado - Márcio, há uma frase atribuída ao ex-ministro Pedro Malan: no Brasil, até o passado é incerto. Mas tem uma prática que, de certa forma, nega essa afirmação. Essa prática é a da

alternância entre governos gastadores com governos que são obrigados a ter uma postura mais “na retranca”. Isso vale para grandes municípios, para governos de Estado e para o governo federal. Mesmo com o advento da Lei de Responsabilidade



Fiscal, que já tem duas décadas e que muita gente achou que iria acabar com isso, a coisa continua. Gestores driblam a LRF, gastam muito mais do que poderiam e, de certa forma, passam o governo para o sucessor numa situação extremamente complicada. A que você atribui isso? É uma questão cultural? Quando é que o Brasil vai conseguir superar isso, se é que vai?

Márcio Holland - Luiz Alberto, muito obrigado pela pergunta. Vem acontecendo, sem dúvida nenhuma, alternância de governos mais gastadores e governos que - obviamente porque houve algum mais gastador - precisam correr atrás do prejuízo e fazer ajustes fiscais. Mas antes eu gostaria de lembrar os principais pilares, até porque esse espaço aqui é democrático e é importante para esclarecimentos. O que falta no Brasil é começar a discussão sempre daquela origem essencial. O que é a origem

essencial? Quando a gente olha os gastos públicos brasileiros, hoje estão em torno de 1 trilhão e meio de reais. Só estão em 1 trilhão e 900 milhões de reais em 2020 por conta dos gastos da pandemia. Mas, na média, é 1 trilhão e meio de reais. Esse é o dinheiro que a União gasta e precisa buscar impostos para cobrir. Esse é o grande desafio. Quando você olha esses gastos, aproximadamente 1 trilhão de reais é apenas para a Previdência Social e para pessoal e encargos - 700 bilhões e 300 bilhões, aproximadamente. Então, a gente está falando de um engessamento que começa com 1 trilhão de reais com dois itens de gastos. Fazendo um exercício, se você estivesse numa empresa privada e tivesse dois gastos correspondendo a 75% de tudo, você já começaria com problemas, não consegue administrar isso. Até porque são dois gastos que crescem independentemente da decisão de qualquer ministro da Economia.



JUNTE-SE A ISSO OS GASTOS SOCIAIS QUE A GENTE VEM CRIANDO NO BRASIL NOS ÚLTIMOS ANOS, COMO O BOLSA FAMÍLIA, COMO O PRÓPRIO BPC E LOAS, QUE TEVE MUDANÇA NA REGULAMENTAÇÃO, MAS É HISTÓRICO DESDE OS ANOS 1970, A CONSTITUIÇÃO DE 1988 VALIDOU... O SEGURO-DESEMPREGO, O ABONO SALARIAL... ENTÃO, QUANDO JUNTAMOS ESSAS OUTRAS DESPESAS, APROXIMADAMENTE 95% DOS GASTOS SÃO TIDOS COMO OBRIGATÓRIOS.



Os gastos da Previdência crescem porque aumenta o universo de elegíveis – as pessoas vão envelhecendo, vão pedindo benefícios e têm direito, porque está na regra. E os gastos com servidores crescem mesmo quando não há reajuste de salários porque tem as progressões naturais. E há também as aposentadorias dos servidores públicos. Junte-se a isso os gastos sociais que a gente vem criando no Brasil nos últimos anos, como o Bolsa Família, como o próprio BPC e Loas, que teve mudança na regulamentação, mas é histórico desde os anos 1970, a Constituição de 1988 validou... O seguro-desemprego, o abono salarial... Então, quando juntamos essas outras despesas, aproximadamente 95% dos gastos são tidos como obrigatórios. Ou tem lei ou tem a Constituição definindo. E o que sobra é aquele gasto da máquina do Estado, que é luz, energia, emissão de passaporte, alguma política de vacinação emergencial, coisa parecida.

Portanto, independentemente de termos governos mais ou menos gastadores, nós, de agora em diante, temos um problema muito mais sério. Os governos não poderão mais ser gastadores, porque basicamente as despesas bateram no limite da obrigatória e da carga tributária. Então, hoje temos 1,5 trilhão de reais de gastos e, desse 1,5 trilhão, perto de 1,4 ou 1,45 trilhão eu poderia dizer que ou é essencial ou é obrigatório, por lei ou pela Constituição.

Só nos resta, Luiz Alberto, fazer as reformas desses gastos, reformas no orçamento. O Brasil não foge da agenda de reformas. A gente pode postergar, pode adiar, mas não tem como. Mas a reforma da Previdência terá que ser feita, a reforma administrativa dos servidores públicos terá que ser feita, e a reforma da peça orçamentária também. É só ver o que está acontecendo em relação ao orçamento 2021, em que foi criada ficticiamente a noção de orçamento que não existe – foi subestimada intencionalmente a despesa obrigatória para poder dar

espaço para emendas. Então, essa é a ideia: o orçamento brasileiro é fictício também.

Se os governos eram gastadores ou não no passado, obrigatoriamente os próximos governos terão que fazer ajustes fiscais. E aí a população precisa também saber sobre isso, porque não há mais espaço para governo gastador. Exceto se ele aumentar a carga tributária, e aí é outra discussão.

Sérgio Rondino - Professor, a próxima questão é do cientista político Rogério Schmitt, também colaborador aqui do Espaço Democrático.



Rogério Schmitt - Agora, no finalzinho do mês de junho, a sanção da chamada Lei de Responsabilidade das Estatais está completando cinco anos. A minha pergunta, professor Márcio Holland, é: que balanço você faz dessa legislação neste período? O que funcionou bem? O que ainda pode melhorar? Há algum projeto de lei no Congresso nesse momento, por exemplo, que esteja tentando aperfeiçoar ainda mais a nossa legislação sobre as empresas estatais?

Márcio Holland - Muito bem, Rogério, obrigado pela pergunta. Foi publicada em 2016 a Lei 13.303, que é chamada de Lei das Estatais, ou Lei de Responsabilidade das Estatais. Eu diria até, metaforicamente, que essa legislação sobre as estatais é muito similar à Lei de Responsabilidade Fiscal,

que cuida das regras do jogo dos gastos públicos brasileiros. Neste caso, cuida da regra do jogo das empresas estatais brasileiras, dos ativos do Estado brasileiro. Uma lei muito interessante e que deu dois anos para que as empresas estatais se enquadrassem - pelo menos no capítulo primeiro da lei - em termos de qualidade de governança corporativa.

Rapidamente: governança corporativa quer dizer uma série de princípios de boa gestão, de boas práticas de gestão de uma empresa, como por exemplo ter transparência, publicar relatórios adequadamente, publicar carta anual de governança corporativa de política pública. É aquilo que eu falei no início: qual é a sua função social? Você está aqui para quê? Ter, obviamente, uma política de dividendos, uma política de responsabilidade social corporativa, uma política de tamanho de conselho de administração, de número de membros independentes do conselho de administração e por aí vai. Proibição de certas autoridades assumirem cargos no conselho de administração da empresa. Por exemplo, o ministro da Economia no conselho de administração de uma estatal, Petrobras ou o Banco do Brasil. É um conflito de interesses gigante. Isso nós tínhamos no Brasil até 2016, 2017. Um secretário estadual sendo membro do conselho de administração em uma estatal estadual. Isso é proibido por essa lei. E ela é válida para Estados e municípios porque regulamenta um artigo da Constituição. Isso é importante dizer.

O que eu achei mais interessante é que os primeiros dois anos foram de muita movimentação. A lei gerou um grande impacto nos primeiros dois anos e nós acompanhamos isso de perto. Estatal por estatal, geramos indicadores, fizemos estudos, inclusive, até mais acadêmicos e técnicos, subsidiamos o TCU com avaliações e indicadores do enquadramento dessa nova legislação, desse novo diploma jurídico. E o resultado foi muito interessante entre junho de 2016 e junho de 2018, que é quando a lei



pedia para as estatais convergirem para a legislação nova. Observamos um movimento muito positivo da grande maioria das empresas estatais. Buscando aumentar a independência do conselho de administração, ter boas políticas, boas práticas, como eu citei. Boa governança corporativa.

Nem todas passaram no teste. Muitas não conseguiram justificar, na sua carta anual de governança corporativa e política pública, para quem vieram e ninguém falou nada. Não conseguiram, as cartas não são boas, são subscritas pelo conselho de administração, portanto está sob responsabilidade dos conselhos de administração. Nosso estudo - independente, apartidário - indicou que essas cartas não

eram apropriadas, não justificavam aquilo, e mesmo assim nada aconteceu.

Mas pelo menos houve um esforço de melhorar. De 2019 para cá - a partir de meados de 2018, depois desses dois anos - piorou substancialmente a gestão das empresas estatais brasileiras. Inclusive a legislação nova, a lei 13.303, foi literalmente esquecida por todos: pela CGU (*Controladoria Geral da União*), que deveria ser um controlador externo; pelo TCU (*Tribunal de Contas da União*), que é um órgão importante de acompanhamento e de prestação de contas e vem fazendo um belo trabalho em estudar essa legislação; pela imprensa... Todos nós esquecemos da nova lei das estatais, de res-

ponsabilidade das estatais. Nesses últimos dois anos, infelizmente, a legislação praticamente foi abandonada, jogada no lixo, e aí eu poderia citar vários casos. O da Petrobras - mais recente -, o do Banco do Brasil e tantos outros casos de abuso de poder do controlador, de intervenção na política de preços, de investimento, nas indicações indevidas, pessoas que estão assumindo cargo da alta administração e não preenchem os requisitos da lei. Portanto, não estão em conformidade com a lei. Infelizmente o Brasil é um país que faz lei para não ser seguida. A lei é muito boa, mas é mais uma para não ser seguida.



Sérgio Rondino -

Perfeito, professor. O retrato que o senhor traçou das nossas estatais, da situação dessas empresas todas é, para dizer o mínimo, assustador. A dúvida que fica sempre é: algum dia a sociedade brasileira vai se convencer de que é necessário por ordem nessa casa? Eu abro espaço agora para o seu recado final aqui nesse nosso diálogo no Espaço Democrático.

Márcio Holland - Muito obrigado, Sérgio. Existem formas de dialogar com a sociedade. Acho que o principal problema é de comunicação, como eu tentei falar desde o início. Vou dar um exemplo: quando a gente fala em privatização do Banco do Brasil, a primeira coisa que acontece é crítica imediata, contra. Vou dar um exemplo mais sensível. Mas ninguém está falando em vender todo o Banco do Brasil, os 50,5% de participação da União. Às vezes, se 5% do Banco do Brasil são vendidos, dei-

xamos de ter o Estado como controlador, ele deixa de ser intervencionista, de cometer abusos, práticas e condutas indevidas - porque ele deixou de ser controlador. Quem é o controlador, com 55%, é o setor privado.

Então, não é que ele deixou de estar presente. A sociedade - e infelizmente os liberais extremos também - entende privatização, sempre, como vender tudo. Aliás, estrategicamente, é muito melhor vender 5%, as ações se valorizam muito, a empresa fica com valor maior e aí vende outros 5%. Essa soma dos dois 5% de venda, no tempo, dá mais do que 10% de uma vez. Não sei se fui claro. É estratégico para o País. Se obtém muito mais dinheiro do que vender 50% de uma vez. E a forma como se faz isso, com investidores qualificados ou não.

A sociedade precisa entender que o Estado não vai sair da empresa. Ele apenas está dizendo assim: eu vou me permitir não abusar da empresa, não fazer indicações político-partidárias, não me intrometer na gestão da companhia, entre outros. E, com isso, eu vou pegar dinheiro e melhorar o espaço fiscal brasileiro e vou fazer aquilo que o Vilmar pediu: vamos fazer políticas públicas decentes no pós-pandemia.

O Brasil é um país de alta desigualdade de renda, alta desigualdade social, regional, de gênero, racial. Nós temos mais de 400 estatais pelo Brasil e esse assunto não está resolvido. Aliás, continuamos tendo desigualdade do mesmo jeito, mesmo com mais de 400 estatais pelo Brasil, 120 estatais da União neste momento.

Então, acho que é um problema de comunicação. Retórica, muito mais do que necessariamente um problema técnico-operacional. Muito obrigado pela oportunidade de esclarecer, de apresentar minha visão de mundo sobre esse tema tão sensível e tão importante para o País.

Sérgio Rondino - Professor, nós é que agradecemos pela sua excelente contribuição ao papel da Fundação Espaço Democrático, que é exatamente de formação política e de estudos para engrandecimento dos quadros do PSD. Agradeço

também ao Rubens Figueiredo, ao Vilmar Rocha, ao Luiz Alberto Machado, ao Andrea Matarazzo e ao Rogério Schmitt pela participação em mais um programa “Diálogos no Espaço Democrático”. Muito obrigado.

 O BRASIL É UM PAÍS DE ALTA DESIGUALDADE DE RENDA, ALTA DESIGUALDADE SOCIAL, REGIONAL, DE GÊNERO, RACIAL. NÓS TEMOS MAIS DE 400 ESTATAIS PELO BRASIL E ESSE ASSUNTO NÃO ESTÁ RESOLVIDO. ALIÁS, CONTINUAMOS TENDO DESIGUALDADE DO MESMO JEITO, MESMO COM MAIS DE 400 ESTATAIS PELO BRASIL, 120 ESTATAIS DA UNIÃO NESTE MOMENTO. 



Fundação para Estudos e Formação Política do PSD

Presidente Alfredo Cotait Neto Coordenador Nacional de Formação Política Raimundo Colombo Coordenador Nacional de Relações Institucionais Vilmar Rocha Secretária Ivani Boscolo Diretor Superintendente João Francisco Aprá	Conselho Consultivo Presidente Guilherme Afif Domingos Conselheiros Alda Marco Antonio André de Paula Antonio Anastasia Cláudio Lembo Georgiano Neto Otto Alencar Ricardo Patah	Conselho Superior de Orientação Presidente Gilberto Kassab Conselheiros Antonio Brito Belivaldo Chagas Carlos Massa Ratinho Junior Domingos Aguiar Neto Guilherme Campos Letícia Boll Vargas Omar Aziz Robinson Faria Samuel Hanan
---	---	--



www.espacodemocratico.org.br